

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, acompanhadas das notas explicativas e do relatório de revisão dos auditores independentes. A Socopa conta com uma estrutura de governança baseada em comitês decisórios colegiados, na especialização funcional das áreas e na segregação de funções. A estrutura de gerenciamento de Riscos

garante o aperfeiçoamento contínuo do ambiente de controle de riscos, através do estabelecimento e monitoramento de limites e de uma revisão periódica das estratégias de objetivo e das políticas, processos e sistemas de controle, dentro de uma abordagem conservadora, com o objetivo de refletir mudanças nos mercados, produtos e a incorporação das melhores práticas de mercado. Para informações detalhadas, acessar http://www.bancopaulista.com.br/docs/Gerenciamento_de_Riscos_BANCO_PAULISTA.pdf. Os

colaboradores da Socopa atuam em conformidade com suas atribuições e os procedimentos estabelecidos, dentro de uma cultura que incentiva o respeito e o envolvimento de todos. Agradecemos aos clientes pela preferência e confiança e aos colaboradores pelo comprometimento e dedicação.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2015
A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)	2014	2013
A T I V O		
Circulante	128.249	124.963
Disponibilidades	2.852	742
Aplicações em depósitos interfinanceiros	71.539	46.693
Aplicações em operações compromissadas	11.200	14.654
Aplicações em depósitos bancários	60.339	32.039
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	30.152	48.688
Carteira própria	15.240	22.161
Vinculados à prestação de garantias	14.912	26.527
Outros créditos	23.706	28.752
Carteira de câmbio	1.634	1.369
Rendimentos a receber	17.258	37.110
Negociação e intermediação de valores	4.712	4.326
Diversos	(450)	(14.053)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	-	88
Outros valores e bens	-	88
Despesas antecipadas	24.387	8.627
Realizável a longo prazo	20.670	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	20.670	-
Vinculados à prestação de garantias	20.670	-
Outros créditos	3.717	8.627
Diversos	3.717	8.627
Permanente	591	1.109
Investimentos	410	629
Intangível de uso	179	478
Total do ativo	153.227	134.699

	2014	2013
P A S S I V O		
Circulante	56.098	49.688
Outras obrigações	56.098	49.688
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	33	3
Fiscais e previdenciárias	1.211	1.340
Negociação e intermediação de valores	49.139	44.873
Diversas	2.929	3.472
Exigível a longo prazo	1.868	1.880
Outras obrigações	1.868	1.880
Fiscais e previdenciárias	1.295	1.223
Diversas	573	657
Patrimônio líquido	97.211	83.131
Capital social	66.000	66.000
Reservas de lucros	29.264	17.131
Ajuste ao valor de mercado	(3)	-
Total do passivo	153.227	134.699

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A. está organizada sob a forma de Corretora de Valores, tendo por objeto a intermediação de negócios nas bolsas de valores, de mercadorias e futuro e nos mercados de câmbio, bem como a distribuição de títulos e valores mobiliários, a intermediação de operações de câmbio, e a administração de clubes e fundos de investimentos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e normas do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos títulos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvidas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apreciação do resultado

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com competência, observando-se o critério *pro rata* da para as de natureza financeira.

As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas variáveis são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisões para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.058/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda;
- Títulos mantidos até o vencimento.

e) Imposto de renda e contribuição social

Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos e compreendem os títulos adquiridos com o propósito de serem emitidos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado.

Os títulos disponíveis para a venda representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação e são utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como os rendimentos permanentes são registrados no balanço e no resultado. Estes títulos são avaliados ao valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização.

Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos, para os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos, compostos por operações de futuros, são contabilizados de acordo com os seguintes critérios: o valor dos ajustes a mercado são contabilizados em conta de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge accounting* são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização em conta de receita ou despesa, no resultado do período.

e) Negociação e intermediação de valores

Representa a intermediação de operações realizadas nas bolsas de valores, registradas pelo valor do compromisso assumido em nome de seus clientes. A corretagem é reconhecida ao resultado pelo regime de competência.

f) Imposto de renda e contribuição social

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajuizando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08.

Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.

g) Permanente

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou adquirido com essa finalidade.

O ativo imobilizado (bens corpóreos) está registrado pelo valor de custo. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens.

Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

h) Imposto de Renda e Contribuição Social

As provisões para o Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 no exercício (R\$120 no semestre) e contribuição social pela alíquota de 15%.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídos e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração.

i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento e a divulgação de ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim representados:

	2014	2013
Disponibilidades	2.852	742
Aplicações em depósitos interfinanceiros	71.539	46.693
Caixa e equivalentes de caixa	74.391	47.435

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Aplicações no mercado aberto - Operações compromissadas

	2014	2013
Revendidas a liquidar - Posição bancária	11.200	14.654
Notas do Tesouro Nacional - NTN	11.200	14.654
Total	22.400	29.308

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o resultado com aplicações no mercado aberto foi de R\$875 (R\$647 em 2013).

b) Aplicações em depósitos interfinanceiros

	2014	2013
Aplicações em depósitos interfinanceiros	60.339	32.039
Ligadas	60.340	32.039

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o resultado com aplicações em depósitos interfinanceiros foi de R\$4.762 (R\$4.300 em 2013).

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e valores mobiliários - Composição por classificação

	2014	2013
Títulos para negociação	30.152	48.688
Carteira própria	15.673	15.109
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	2.205
Certificado de Depósitos Bancários - CDB	270	297
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	224
Certificado de Recebíveis Imobiliário - CRI	2.056	5.891
Cotas de Fundos de Investimentos	13.347	12.798
Vinculados à prestação de garantias	14.912	26.527
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	14.911	14.912
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	2.828
Total de títulos para negociação	30.584	48.754
Títulos disponíveis para venda	14.912	26.527
Carteira própria	128	131
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	128	131
Vinculados à prestação de garantias	20.670	20.670
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	20.670	20.670
Total de títulos disponíveis para venda	20.800	20.801
Total	51.386	69.555

(i) Referem-se aos custos de aquisições, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

(ii) O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informado pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades de Mercados Financeiros e de Capitais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi apurado um resultado negativo de R\$73 (em 2013 negativos de R\$5697), decorrente das operações com títulos.

b) Títulos e valores mobiliários - Composição por prazo de vencimento

	Sem vencimento	Até 3 meses	de 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	2014	2013
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	14.912	20.801	35.713	25.303
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	-	3.053
Certificado de Depósitos Bancários - CDB	-	297	-	-	297	5.944
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	-	2.014	2,014	5,891	5,891
Cotas de Fundo de Investimentos	12,798	-	-	-	12,798	7,897
Total	12,798	297	14,912	22,815	50,822	48,688

Os títulos públicos encontram-se custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e os títulos privados na CETIP S.A. - Balço Organizado de Ativos e Derivativos.

c) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos derivativos são utilizados pela Socopa, prioritariamente, para atender as suas necessidades, bem como administrar a exposição global de risco da Instituição.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Corretora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi apurado um resultado negativo de R\$73 (em 2013 negativos de R\$5697), decorrente das operações com títulos.

7. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A. por intermédio da Instituição líder Banco Paulista S.A. aderiu à estrutura consolidada de gerenciamento de riscos. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 4.090/12, do CMN, para risco de liquidez, pela Resolução nº 3.721/09, do CMN, para risco de operacional, Circular nº 3.711/09, do CMN, para risco de mercado, pela Resolução nº 3.380/06, do CMN, para risco de crédito e pelas Resoluções nº 4.192/13, nº 4.193/13 e nº 3.988/11, do CMN, para gestão de capital.

8. OUTROS CRÉDITOS

a) Negociação e intermediação de valores

	2014	2013
Outros créditos	1.332	12.971
Outras obrigações	14.071	24.139
Caixa de registro e liquidação	3.187	-
Devedores/Credores - Conta "Liquidações pendentes"	-	42.532
Operações com ativos financeiros a liquidar	-	1.601
Comissões e corretagens a pagar	786	44.740
Total	17.258	49.139

b) Diversos

	2014	2013
Circulante	2.588	1.350
Impostos e contribuições a compensar	238	84
Adiantamento para pagamento de nossa conta	565	485
Títulos e créditos a receber (i)	1.493	1.493
Créditos tributários (vide nota 15b)	1.298	896
Devedores diversos no país	23	18
Outros	4.712	4.326

Realizável a longo prazo

	2014	2013
Devedores por depósitos em garantia (nota 19b)	1.313	1.241
Títulos e créditos a receber (i)	2.261	2.424
Créditos tributários (vide nota 15b)	143	4.962
Total	3.717	8.627

(i) Títulos e créditos a receber referem-se a precatórios do Tesouro Nacional.

c) Movimentação da provisão para outros créditos de liquidação duvidosa

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a provisão para outros créditos de liquidação duvidosa apresentou as seguintes movimentações:

	2014	2013
Saldo inicial	14.053	14.012
Caixa para prejuízo	(13.498)	-
Reversões	(474)	(127)
Adições	369	168
Saldo final da provisão	450	14.053

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	2014	2013
Circulante	845	1.340
Impostos e contribuições a recolher	1.941	-
Impostos e contribuições sobre os lucros	2.786	1.340

Exigível a longo prazo

	2014	2013
Provisão para riscos fiscais (nota 19b)	1.295	1.223
Total	1.295	1.223

b) Diversas